



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150379 - SC (2021/0219135-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DIEGO OLIVEIRA BORGES
ADVOGADO : ALTAMIR FRANÇA E OUTRO(S) - SC021986
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CORRÉU : GABRIEL HENRIQUE DOS SANTOS
CORRÉU : GABRYEL PROBST VIEIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DIEGO OLIVEIRA BORGES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5024338-75.2021.8.24.0000).

O recorrente foi "condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 416 dias-multa, no mínimo legal, pela prática do crime descrito no art. 33, caput, c/c art. 33, § 4º, ambos da Lei n. 11.343/06" (fl. 82).

Sustenta que a quantidade da droga apreendida foi utilizada para modular a fração de diminuição de modo desproporcional. Defende ainda a readequação do regime inicial fixado para o aberto em razão da ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao paciente.

Requer, liminarmente, a concessão de salvo-conduto para que o paciente possa responder ao processo em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para ratificação da liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente